



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681284 - MS (2021/0225751-5)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : JEFERSON RIVAROLA ROCHA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JEFERSON RIVAROLA ROCHA - MS010494  
CRISTIANE FERREIRA DE AMORIM ROCHA - MS010191  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : BALTAZAR CARLONGA NETTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BALTAZAR CARLONGA NETTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Agravos em Execução n. 0000511-19.2018.8.12.0014).

O paciente encontra-se em cumprimento da pena de 5 anos e 2 meses de reclusão em regime fechado pela prática do crime de homicídio qualificado (fl. 78).

A parte impetrante sustenta, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão de lhe assistir o direito de progressão ao regime semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para lhe deferir a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente